



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N^o 21/2018
1^o TERMO ADITIVO
55000.0 28507/2018-57

1) UG / GESTÃO	UNIDADE REPASSADORA
130148/00001	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF

2) UG / GESTÃO	UNIDADE RECEBEDORA
07.777.800/0001-62	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

3) DADOS CADASTRAIS					
UNIDADE RECEBEDORA					CNPJ
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB					07.777.800/0001-62
ENDEREÇO COMERCIAL					
Rua Rui Barbosa 710 – Centro – Campus Universitário - UFRB					
CIDADE	UF	CEP	E-MAIL	DDD(FONE)	DDD(FAX)
Cruz das Almas	BA	44.380-000	gabi@ufrb.edu.br sloglia@ufrb.edu.br	(75) 3621-2350 (75)3621-9095	
					CPF
Fábio Josué Souza dos Santos					871.395.105-04
CI/ÓRGÃO EXP.:		CARGO/FUNÇÃO		E-MAIL	
0522059678 SSP/BA		Docente/ Reitor		gabi@ufrb.edu.br / fabiosantos@ufrb.edu.br	

4) DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO		
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia		
5) Vigência do Projeto :	Início: 12/2019	Término: 12/2020

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro no município de Cruz das Almas (BA), como a segunda universidade federal do estado da Bahia. A criação da UFRB surgiu de um amplo processo de mobilização da sociedade, decorrente da proposta do Governo Federal de expansão e de interiorização do ensino superior (Programa Expandir) para contribuir com a formação científica, técnica, política, cultural e social de qualidade e inclusiva, a partir do contexto das realidades territoriais. A estrutura da UFRB foi constituída em sete Centros de Ensino localizados em seis Campi de três Territórios de Identidade: em Cruz das Almas com os Centros de Ensino de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); em Santo Antônio de Jesus, com o Centro de Ciência da Saúde (CCS); em Cachoeira, com o Centro de Humanidades, Letras e Artes (CAHL); em Santo Amaro, com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); em Amargosa com o Centro de Formação de Professores (CFP); e em Feira de Santana, com o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS). A criação da UFRB surge com um dos desafios de superação da lógica mercadológica de formação de profissionais em áreas restritas e levando em consideração a realidade territorial. Assim, assume-se que o ensino superior deve ser voltado para contribuir na educação básica e áreas estratégicas de construção de conhecimentos voltados para a promoção do desenvolvimento territorial (PDI/UFRB, 2015). A UFRB tem atuação no ensino, na pesquisa e na extensão universitária no fortalecimento da agricultura familiar, com destaque para a Educação do Campo, (Licenciaturas e

Tecnologia em Agroecologia), a Gestão de Cooperativas, as Ciências Agrárias, as Ciências da Saúde, as Artes e Cultura, as Humanidades e as Exatas, com a constituição de grupos de pesquisa e extensão vinculados ao ensino da graduação e da pós-graduação. Especialmente em 2017, foi criado o Curso de Tecnologia em Alimentos no contexto da Educação do Campo, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, através da formação de profissionais implicados com o modo de vida familiar, na perspectiva de organização coletiva da produção, do beneficiamento, do armazenamento e da comercialização que geram riquezas na realidade do Brasil. Esse curso tem princípios centralizados na tecnologia social, na agroecologia e na economia solidária para o fortalecimento da agricultura familiar, e foi uma demanda das organizações e movimentos sociais do campo do estado da Bahia, devido a importância deste segmento nas dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. Além do curso de Tecnologia em Alimentos, a UFRB tem atuação com o segmento da agricultura familiar principalmente pelos cursos de Agroecologia, Nutrição, Gestão de Cooperativas, Licenciatura em Educação do Campo, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais e Energia e Sustentabilidade, através do envolvimento de docentes na Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA. Esta incubadora universitária foi constituída na UFRB em 2007, e tem como missão de contribuir na promoção e no fortalecimento de empreendimentos solidários - EES, valorizando a diversificação da produção, através das tecnologias sociais associadas às políticas públicas territoriais sustentáveis, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, a partir da indissociabilidade de ensino, extensão e pesquisa universitária. A INCUBA tem atuado especialmente com os grupos produtivos da agricultura familiar no estado da Bahia de forma articulada com o ambiente territorial e acadêmico. No ambiente territorial, existe uma integração com os Colegiados Territoriais; e no ambiente acadêmico, com outros grupos de pesquisa e de extensão da UFRB, e das outras instituições de ensino. Destaca-se aqui a relação com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA/UNEB; e o Instituto Federal Baiano – IF Baiano, através do Campus de Governador Mangabeira. Esta relação acadêmica interinstitucional propiciou a formação de uma Rede de Intercooperação entre as instituições de ensino na relação com a extensão, a pesquisa e o ensino universitário, com ações voltadas para o fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar no estado da Bahia, especialmente nos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul. É importante destacar que a Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, com 665.831 estabelecimentos (15,5% dos estabelecimentos do Brasil) e ocupam apenas 34% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Estes agricultores respondem por 81% do pessoal ocupado no meio rural (1,8 milhão de pessoas), e 44% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado da Bahia (IBGE, 2006). De modo geral, a participação da agricultura familiar na produção alimentos é relevante, atingem 70% dos principais alimentos da dieta do brasileiro, com destaque para a mandioca (87%), feijão (70%), leite (58%), milho (46%), café (38%), arroz (34%), com um percentual de 60% da agropecuária (59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos). Portanto, os principais sistemas produtivos da agricultura familiar envolvem os amidos, os lácteos, as frutas, as hortaliças, os animais de pequenos portes, e outros sistemas que são integrados nas propriedades familiares (IBGE, 2006). Ainda, segundo o IBGE (2006), a agricultura familiar contribui com a contenção do êxodo rural nacional, uma vez que tem 75% do pessoal ocupado no meio rural. Além de tudo isso, 38% do valor bruto da produção da economia nacional, ocupando apenas um quarto das terras do mundo rural. Portanto, a importância da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento territorial passa ainda pela necessidade de avançar e de facilitar o acesso de tecnologias sociais à agricultura familiar e de formulação e implementação de políticas públicas estruturais. A agricultura familiar é um segmento resiliente e resistente a um modelo de produção pautada na utilização de agrotóxicos, de mecanização intensiva, de monocultura e de exportações. Entretanto, este modelo não propiciou o desenvolvimento dos agricultores familiares, ao contrário, intensificou o processo de desigualdades do campo. Assim, a agricultura familiar historicamente passa por problemas estruturais de precariedade do acesso a terra e da insuficiência de

renda das famílias, como também da necessidade de políticas públicas orientadas para o modo de vida familiar e de desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade desta agricultura. Esta realidade faz com que Serafim, Jesus e Farias (2013, p. 1) afirmem que a tecnologia social (TS), a agroecologia e a agricultura familiar são categorias que convergem na busca de “deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas”. Assim, a agroecologia constitui um campo de práticas e de estudos que procura “deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural”. De acordo com Dagnino (2014), as instituições públicas de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, como as universidades, necessitam conceber as tecnologias sociais enquanto processo de libertação, a medida que contribui para a construção de sujeitos participativos. Essa afirmação é importante para compreender que a agricultura familiar é intrínseca as tecnologias sociais, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento que valorize as relações sociais e que contribuam para a inclusão social e econômica. Observa-se que a inclusão social e econômica dos grupos produtivos da agricultura familiar, seja organizada em associações ou cooperativas, de alguma forma, foi oportunizada pelo acesso ao mercado institucional para a comercialização dos produtos, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE estabelecido pela Lei no 11.947, conforme artigo 14 que determina a aquisição de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE. Esta aquisição além de promover o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda, porque os recursos permanecem nos respectivos locais ou territórios, contribuem para uma alimentação saudável vinculada a promoção de segurança alimentar e nutricional para os ambientes escolares. Além do PNAE, tem o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e especificamente a modalidade Compras Institucionais estabelecida no Decreto nº 8.473/2015 que prever no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Outro aspecto importante a relacionar que os grupos produtivos da agricultura familiar são formados majoritariamente por mulheres rurais. Heredia e Cintrão (2006) afirmam que as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres se concentram nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, e demonstram a divisão criada que ainda reforça a valorização do trabalho “produtivo” em detrimento do trabalho “reprodutivo” delegado as mulheres com advento desse sistema econômico como uma extensão do trabalho doméstico que não tem visibilidade e valorização. É importante contextualizar que o debate acerca do feminismo aflora junto das práticas agroecológicas, pois potencializam a participação das mulheres na unidade produtiva familiar, propondo relações mais igualitárias e permitindo que o trabalho das agricultoras fortaleça e dê visibilidade ao debate da soberania alimentar, da biodiversidade e da cultura, a partir do protagonismo das mulheres nos sistemas produtivos da agricultura familiar. Assim, este projeto tem sua justificativa, por um lado, na necessidade de integrar o ambiente universitário para contribuição na geração de trabalho e renda, de forma digna, para agricultores e agricultoras familiares integrados em grupos produtivos que se encontram em situação de fragilidade na organização coletiva e expostos aos riscos; e por outro, de possibilitar a construção de conhecimentos na relação com os grupos produtivos da agricultura familiar, na relação acadêmica de ensino, pesquisa e extensão universitária, voltada para o processo de inclusão social, econômica, política e cultural, especialmente das mulheres rurais, com a construção de conhecimentos implicados para a promoção do desenvolvimento rural.

5.OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar ações de fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de ações acadêmicas a partir da relação com as



políticas públicas, na promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar;

Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar;

Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de Boas Práticas de Fabricação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações;

Desenvolver ações de elaboração de rotulagem e informação nutricional dos produtos da agricultura familiar e controle de qualidade dos produtos, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas;

Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar.

6. METAS, RESULTADOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO METAS RESULTADOS ESPERADOS INDICADORES MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Metas	Resultados Esperados	Indicadores	Meios de Verificação
Realizar 12 Diagnósticos Organizacionais das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	Diagnósticos das potencialidades e desafios organizacionais para funcionamento de 12 unidades produtivas da agricultura familiar	Número de Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	Relatórios Técnicos Fotografias
Realizar 12 Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar	12 Unidades Produtivas em funcionamento	Número de unidades produtivas da agricultura familiar em funcionamento	Relatórios Técnicos Fotografias
Promover ações de capacitação para o funcionamento de 12 Grupos Produtivos da Agricultura Familiar, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações		Número de agricultores/as familiares envolvidos nas unidades produtivas	Cadastro dos agricultores/as familiares envolvidos nas unidades produtivas
Desenvolver ações de elaboração de rotulagem e informação nutricional e controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas em 12 grupos produtivos da agricultura familiar	Garantia da qualidade de 60 produtos da agricultura familiar, em conformidade com a legislação sanitária	Número de produtos em conformidade com a legislação sanitária	Análises dos produtos Rótulos com as informações nutricionais elaborados
Garantir a participação dos 12 grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar	Constituição e fortalecimento de 4 Redes de Intercooperação da Agricultura Familiar no estado da Bahia	Número de atividades conjuntas entre os grupos produtivos	Relatórios Fotografias

7. METODOLOGIA

O projeto tem como ponto de partida as ações articuladas entre os ambientes acadêmicos e territoriais, propondo na prática, a formar/orientar os grupos produtivos da agricultura familiar para o seu fortalecimento para a geração de trabalho e renda e a promoção da segurança alimentar e nutricional. A metodologia de execução do projeto será qualitativa, orientada pela visão de mundo e com opções teóricas de contribuição na explicação e na compreensão da realidade estudada, fundamentada “da convicção de que a ação social é fundamental na configuração da sociedade” (HAGUETTE, 1992, p. 18).

Para tanto, será realizado um diagnóstico nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar, a partir da metodologia do Diagnóstico Organizacional Participativo – DOP, com envolvimento direto dos agricultores/as familiares, especialmente das mulheres rurais. Cada unidade terá a sistematização de um relatório com o perfil produtivo e organizacional, voltada para a estruturação de redes de intercooperação das unidades produtivas da agricultura familiar em sistemas produtivos. Este diagnóstico apontará os desafios e as potencialidades de cada unidade produtiva para seu pleno funcionamento, como também a relação entre os grupos produtivos para garantir tanto a produção em conformidade com a inspeção sanitária, como para acesso ao mercado.

Os pesquisadores/as envolvidos/as serão da UFRB, UNEB e IF Baiano, através do envolvimento direto de docentes de diversas áreas do conhecimento, com a atuação de estudantes de graduação e de egressos destas instituições de ensino superior. A composição da equipe será estruturada de forma a garantir a realização do DOP e o acompanhamento sistemático das unidades produtivas da agricultura familiar. Para tanto, serão realizadas oficinas de formação da equipe para orientação metodológica das atividades do projeto na relação com os grupos produtivos da agricultura familiar. Os docentes assumirão a orientação dos estudantes e dos técnicos que serão selecionados para participar do projeto.

A realização do DOP será articulada com os Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa das unidades produtivas da agricultura familiar, que terá como resultado a construção de Planos de Ação para a estruturação e o fortalecimento produtivo, organizacional e comercial destas unidades. Os Planos de Ação terão na sua composição atividades de acompanhamento e de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar em diversas áreas, como por exemplo, as boas práticas de manipulação de alimentos; gestão associativa; desenvolvimento de novos produtos; e comercialização e marketing; entre outros. Estas atividades serão desenvolvidas em forma de oficinas e de intercâmbios de experiências, considerando o estágio organizacional de cada unidade, conforme a área de atuação e as suas respectivas demandas formativas.

Assim, as atividades formativas sejam oficinas, intercâmbios e acompanhamentos serão adaptados aos diferentes estágios em que se encontram os grupos produtivos da agricultura familiar, seu nível de organização, escolaridade e motivação, com a integração da comunidade acadêmica. Todas as atividades serão voltadas para a construção de autonomia dos agricultores familiares, especialmente das mulheres rurais, e seguem os princípios das tecnologias sociais: baixo custo e menos dependentes do sistema externo. Estes princípios influenciam o processo pedagógico de trocas e construção de saberes e conhecimentos, na relação entre tecnologias sociais e educação do campo, voltada para a promoção de melhoria da qualidade de vida em bases sustentáveis.

As ações formativas prevalecem processos de dialogicidade, em que as pessoas devem ser consideradas sujeitos participativos e contribuinte na construção do registro histórico do seu próprio empreendimento (FREIRE, 2011). Assim, cada grupo produtivo tem sua dinâmica própria de acompanhamento, visando o fortalecimento institucional, a partir de seu estágio organizacional, orientado pelo respeito à sua autonomia.

Para realização das ações formativas de Boas Práticas de Fabricação de alimentos, em conformidade com a legislação sanitária, serão analisados os produtos beneficiados (análise sensorial, microbiológica



e bromatológica) para o planejamento e a adequação destas ações formativas. Portanto, há necessidade de incorporação de saberes e de conhecimentos dos grupos produtivos da agricultura familiar ao longo de sua trajetória de existência e de práticas sociais aplicadas nas suas práticas de processamento e de beneficiamento, em que se busca qualificar esses produtos beneficiados e processados da agricultura familiar.

As análises sensoriais são voltadas para medir e interpretar as reações produzidas pelas características dos produtos beneficiados, percebidas pelos órgãos da visão, olfato, gosto, tato e audição. De maneira geral, os resultados destas análises também serão para o desenvolvimento de novos produtos, sendo também um dos critérios para o controle de qualidade.

A análise microbiológica possibilita a identificação de contaminação dos produtos por microrganismos deteriorantes ou patogênicos, os quais podem causar Doenças Transmitidas por Alimentos – DTA. Segundo Welker et al (2010), as DTA constituem um grande problema de saúde pública, tanto no Brasil como nos demais países, sendo responsáveis por elevados custos econômicos e sociais. Assim, considera-se importante a análise microbiológica de alimentos realizada por laboratórios que, por um lado, garante produtos de qualidade para consumo, e por outro, de realização de pesquisas que proporcionem ações de intervenção na melhoria dos processos de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.

A análise bromatológica possibilita a determinação da composição química dos alimentos, com as suas características de aptidão para o seu consumo. Importante conhecer a composição e determinar o percentual de umidade, proteínas, lipídeos, fibras, carboidratos, que permitam o cálculo do valor calórico do alimento, visto que algumas matérias-primas da agricultura familiar, como o Maracujá do Mato (*Passiflora cincinnata*), o Licuri (*Syagrus coronata*) e do Umbu (*Spondias tuberosa*), não estão previsto nas tabelas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como da necessidade de avaliar a qualidade e segurança dos alimentos. “Em determinados momentos, a sua utilização torna-se decisiva para equacionar e resolver problemas de saúde pública e também para definir e complementar ações de vigilância sanitária. Atua, também, como coadjuvante nas inovações tecnológicas de alimentos” (EEEP, 2013, p. 6).

Os rótulos dos produtos serão padronizados seguindo as recomendações da legislação vigente da ANVISA e a informação nutricional de alimentos deve seguir as etapas de identificação do produto de acordo com as suas características, identificação de valor energético de referência e determinação de porção do produto.

Para o acompanhamento do projeto, será formado um grupo gestor por território, com a participação da coordenação acadêmica e representantes dos grupos produtivos da agricultura familiar. Assim, as ações são voltadas para a estruturação de Redes de Intercooperação da Agricultura Familiar que propiciem o fortalecimento das unidades produtivas da agricultura familiar em 4 Territórios de Identidade do estado da Bahia.

O projeto propiciará a participação de representantes das unidades produtivas da agricultura familiar em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar. Esses eventos serão estratégicos para ampliar o acesso ao mercado, bem como de promover ações de cooperação entre os grupos produtivos.

Entende-se por Rede de Intercooperação como uma forma de cooperação entre os grupos produtivos da agricultura familiar, com a finalidade principal de ajuda mútua através do trabalho conjunto (ou ação coletiva) como estratégia de otimizar e melhorar seu desempenho produtivo e ou comercial. A Rede é possibilitada pelo comportamento cooperativo associado à cultura de cooperação recíproca, que na perspectiva da governança, focaliza na formação e na organização das relações que contribuem para na construção e na consolidação de laços de solidariedade.

Todas as atividades formativas do projeto serão certificadas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRB,



conforme Resolução 038/2017 do Conselho Acadêmico, em que este projeto de extensão foi registrado no Centro de Ciência e Tecnologia em Ciência e Tecnologia – CETENS sob nº 76002/2018, em dezembro de 2018.

8. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES

Grupos produtivos da agricultura familiar dos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul.

9. PÚBLICO PARTICIPANTE

300 agricultores familiares, especialmente mulheres rurais, de 12 unidades produtivas localizadas nos Territórios do Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá, Recôncavo e Baixo Sul.

As unidades produtivas da agricultura familiar selecionadas para participar do projeto são aquelas que possuem agroindústrias em situação de fragilidade, e que possuem relação iniciada com o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão universitária com as instituições de ensino superior. Estes grupos produtivos estão localizados nos Territórios do Recôncavo, do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá e do Baixo Sul:

I - Território do Recôncavo

- * Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo – COAFATRE CNPJ 09.438.514/0001-06 – Sede: São Felipe - BA
- * Associação de Pequenos Agricultores das Comunidades de Sapucaia e Tabocal CNPJ 13.460.043/0001-00 – Sede: Santo Antônio de Jesus - BA
- * Associação Comunitária do Brinco CNPJ 04.757.982/0001-11 – Sede: Maragojipe – BA
- * Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape – CECVI CNPJ 05.796.564/0001-04 – Sede: Cachoeira – BA
- * Cooperativa de Mulheres Agricultoras Familiares de Sapeaçu – COOPEMAFS CNPJ 16.709.821/0001-31 – Sede: Sapeaçu – BA

II – Território do Portal do Sertão

- * Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – APAEB – Feira de Santana - CNPJ 40.639.668/0001-06 – Sede: Feira de Santana – BA
- * Associação Comunitária da Matinha – ACOMA CNPJ 14.770.382/0001-47 – Sede: Feira de Santana - BA

III – Território do Vale do Jiquiriçá

- * Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável do Município de Mutuípe e Vale do Jiquiriçá – COPEIPE CNPJ 21.458.913/0001-26 – Sede: Mutuípe – BA
- * Associação dos Agricultores Familiares da Região do Riacho da Cruz CNPJ 20.749.911/0001-23 – Sede: Mutuípe - BA

IV – Território do Baixo Sul

- * Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença – BA – COOMAFES CNPJ 29.161.565/0001-32 – Sede: Valença – BA
- * Associação de Moradores e Agricultores São Paulinho – AMASP CNPJ 11.453.161/0001-57 – Sede: Teolândia - BA
- * Associação dos Produtores Rurais Agricultores Familiares do Médio Orobó – APPRUMO CNPJ

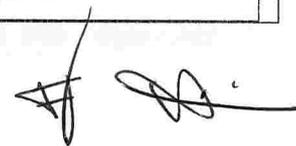


02.982.014/0001-83 – Sede: Valença – BA

Os sistemas produtivos que serão articulados em Redes de Intercooperação no Território do Recôncavo da Bahia serão a partir do beneficiamento da mandiocultura, da fruticultura e do pescado/ marisco; dos Territórios do Portal do Sertão, do Vale do Jiquiriçá, da fruticultura; e do Baixo Sul, da fruticultura e da mandiocultura.

O ambiente universitário de realização das atividades será através da Rede de Intercooperação entre UFRB, UNEB e IF Baiano, com o envolvimento de 21 docentes; 30 estudantes de graduação; e 12 egressos de nível superior.

Doscente	Área	Instituição
Tatiana Ribeiro Velloso – Coordenadora	Graduação em Engenharia Agrônômica, Especialização em Cooperativismo, Mestrado em Extensão Rural e Doutorado em Geografia	UFRB – Feira de Santana
Alicia Ruiz Olalde	Graduação em Engenharia Agrônômica, Mestrado em Política Científica e Tecnológica e Doutorado em Ciência Econômica	UFRB – Cruz das Almas
Ana Paula Inácio Diório	Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, especialista e mestre em Ensino de Ciências e Doutorado em Ciências	UFRB – Feira de Santana
Ana Lícia de Santana Stopilha	Graduação em Administração, Especialização em Administração Pública, Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional e Doutorado em Difusão do Conhecimento	UNEB – Valença
Claudio Carneiro da Cruz Neto	Graduação em Economia, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Doutorado em Economia Ambiental	UFRB – Santo Amaro
Eliene Gomes dos Anjos	Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais	UFRB – Cruz das Almas
Fernanda de Freitas Virginio Nunes	Graduação e Mestrado em Nutrição e Doutorado em Ciência Animal Tropical	UFRB – Santo Antônio de Jesus
Gabriel Kraychete Sobrinho	Graduação e Mestrado em Economia e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania	Colaborador
Isabel de Jesus Santos	Graduação em Engenharia Agrônômica, Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local	UFRB – Feira de Santana
Isabella de Matos Mendes da Silva	Graduação em Medicina Veterinária, Mestrado em Nutrição e Doutorado em Ciência Veterinária	UFRB – Santo Antônio de Jesus
José da Conceição Santana	Graduação em Engenharia Civil, Mestrado em Administração e Doutorado em Serviço Social	UFRB – Cruz das Almas
Kássia Aguiar Noberto Rios	Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Mestrado em Geografia e Doutorado em Geografia	UFRB – Feira de Santana
Lívia Tosta dos Santos	Graduação em Letras com Língua Espanhola, Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior e Mestrado em Educação	IF Baiano – Governador Mangabeira



Liz Oliveira dos Santos	Graduação em Bacharelado em Química, Mestrado em Química Analítica e Doutorado em Química Analítica	UFRB – Feira de Santana
Maria da Conceição de Menezes Soglia	Graduação em Engenharia Agrônômica, Mestrado e Doutorado em Agronomia	UFRB – Cruz das Almas
Paulo José Lima Juiz	Graduação em Odontologia, Mestrado em Imunologia e Doutorado em Biotecnologia	UFRB – Feira de Santana
Raul Lomanto Neto	Graduação em Engenharia Agrônômica e Mestrado em Ciências Agrárias	UFRB – Amargosa
Samantha Serra Costa	Graduação em Engenharia de Alimentos, Mestrado em Ciência de Alimentos e Doutoranda em Biotecnologia	UFRB – Feira de Santana
Silvio Luiz de Oliveira Soglia	Graduação em Engenharia Agrônômica, Mestrado em Ciência e Tecnologia e Doutorado em Ciências dos Alimentos	UFRB – Cruz das Almas
Tatiana Rodrigues Pacheco	Graduação, Mestrado e Doutorado em Medicina Veterinária	UFRB – Cruz das Almas
Valéria Macedo Almeida Camilo	Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Nutrição, Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFRB – Santo Antônio de Jesus



10. Cronograma de Desembolso (RS 1,00)				
META/ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)	DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO
META 1 - Realizar 12 Diagnósticos Organizacionais das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	12 Relatórios das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	120.000,00	Mês 1	Mês 4
META 2 - Realizar 12 Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar	12 Relatórios de Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa com Planos de Ação	180.000,00	Mês 5	Mês 8
META 3 - Promover ações de capacitação para o funcionamento de 12 Grupos Produtivos da Agricultura Familiar, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações	Estruturação e fortalecimento para o funcionamento de 12 unidades produtivas da agricultura familiar, em Redes de Intercooperação	384.000,00	Mês 3	Mês 12
META 4 - Desenvolver ações de elaboração de rotulagem e informação nutricional e de controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas em 12 grupos produtivos da agricultura familiar	Realização de controle de qualidade de produtos de 12 unidades produtivas da agricultura familiar	252.000,00	Mês 7	Mês 10
META 5 - Garantir a participação dos 12 grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar	Participação em 5 eventos formativos e comerciais dos grupos produtivos articulados em Redes de Intercooperação	64.000,00	Mês 3	Mês 12

11. Listagem de Bens e Serviços por Elemento de Despesa

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)

Nº	Descrição	Quantidade	Nº Meses	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de Pessoa Jurídica diversos	01	12	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL					1.000.000,00

12. Detalhamento da Contrapartida

Nº	Descrição	Quantidade	Nº Meses	Valor Unitário	Valor Total
-	-	-	-	-	0,00
TOTAL					0,00

13. PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
33.90.39	Desenvolvimento de ações de fortalecimento e consolidação dos agricultores familiares e povos tradicionais impactados por ações governamentais de integração nacional.	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 00,00
TOTAL GERAL		R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00

12. PLANO INTERNO	AÇÃO	FONTE	VALOR
1	21.606.2012.210V.0001	0100000000	1.000.000,00

13. ANEXO

CONDICÕES ESSENCIAIS:

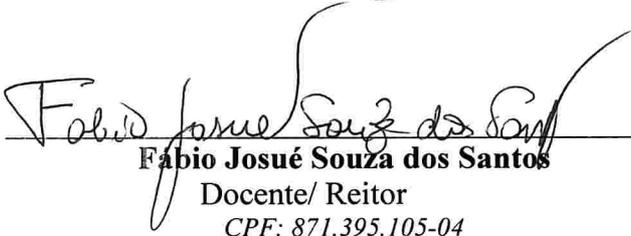
I – As partes acatam e se comprometem a cumprir o disposto neste Termo de Cooperação, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666/1993, no que couber, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto nº 6.170/2007.

II – A entidade ou o órgão executor se compromete a:

- a) Promover a execução do objeto na forma e prazos estabelecidos;
- b) Aplicar os recursos exclusivamente na consecução do objeto;
- c) Assegurar o provimento tempestivo dos recursos complementares necessários à execução do objeto;
- d) Permitir e facilitar ao MAPA o acesso a toda documentação, dependência e locais do projeto;
- e) Comprovar o bom e regular emprego dos recursos recebidos, bem como dos resultados alcançados;
- f) Assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à execução do objeto;
- g) Manter o MAPA informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do objeto;
- h) Prestar contas dos recursos, integrando as contas anuais a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da Norma de Execução nº 004, de 22 de dezembro de 2004, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC; e
- i) Apresentar relatório descritivo, ao MAPA, ao final da execução.

Em, 03 de Dezembro de 2019.


Fernando Henrique Kohlmann Schwanke
Secretário de Agricultura Familiar e
Cooperativismo
CPF: 442.997.290-72


Fabio Josué Souza dos Santos
Docente/ Reitor
CPF: 871.395.105-04